

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balanco patrimonial - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações de resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado Prudencial, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais.

Foram distribuídos dividendos referente a lucros acumulados em períodos anteriores no montante de R\$ 6 milhões (R\$ 13 milhões em 2017).

Patrimônio líquido e resultado

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial ao final do semestre é de R\$ 308.156 milhões (R\$ 278.574 milhões em 2017).

O lucro dos semestres é de R\$ 31.410 milhões (R\$ 32.075 milhões em 2017).

São Paulo, 29 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos

Diretores da

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição líder do Conglomerado)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni”, Instituição” ou “Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Financeira e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de agosto de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

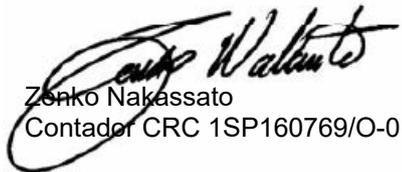
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de setembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balço patrimonial - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.697.390	2.022.966	Circulante		978.614	1.134.591
Disponibilidades	4	4.354	2.542	Depósitos	13	179.841	241.965
				Depósitos à vista		3.546	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	142.000	380.978	Depósitos a prazo		176.295	241.965
Aplicações no mercado aberto		142.000	380.978	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	543.494	657.881
Títulos e valores mobiliários	6	3.636	7.787	Recursos de aceites cambiais		543.494	657.881
Carteira própria		3.032	7.702	Relações interfinanceiras	13	72	-
Vinculados à prestação de garantias		604	85	Recebimentos e pagamentos a liquidar		72	-
Relações interfinanceiras		423	31	Outras obrigações		255.207	234.745
Depósitos no Banco Central		27	-	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.283	1.240
Correspondentes		396	31	Fiscais e previdenciárias		26.283	48.179
Operações de crédito	8	1.170.080	1.252.525	Credores por antecipação de valor residual		7.112	4.729
Setor privado		1.449.911	1.568.671	Obrigações por cotas de fundos de investimentos		650	6.798
Operações de crédito vinculadas à cessão		222	76.545	Diversas	14	219.879	173.799
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(280.053)	(392.691)	Exigível a longo prazo		1.262.924	1.377.322
Operações de arrendamento mercantil	9	(1.183)	(1.924)	Depósitos	13	681.126	366.258
Arrendamento mercantil a receber - Setor privado		2.908	3.374	Depósitos a prazo		681.126	366.258
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.832)	(3.084)	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	349.399	801.506
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.259)	(2.214)	Recursos de aceites cambiais		349.399	801.506
Outros créditos	10	357.898	348.628	Outras obrigações		232.399	209.558
Diversos		360.957	350.284	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	108.330	98.340
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(3.059)	(1.656)	Credores por antecipação de valor residual		10.693	11.028
Outros valores e bens		20.182	32.399	Diversas	14	113.376	100.190
Bens não destinados a uso	11a	2.971	4.821	Resultado de exercícios futuros		2.351	4.022
Provisões para desvalorização	11a	(918)	(1.349)	Resultado de exercícios futuros		2.351	4.022
Despesas antecipadas	11b	18.129	28.927	Patrimônio líquido	17	308.156	278.574
Realizável a longo prazo		804.617	740.086	Capital		164.088	164.088
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	21.999	2.626	De domiciliados no País		164.088	164.088
Aplicações no mercado aberto		21.999	2.626	Ajustes de avaliação patrimonial		(98)	(7)
Títulos e valores mobiliários	6	65.123	35.603	Reserva de lucros		139.497	108.727
Carteira própria		35.250	35.042	Participação de não controladores		4.669	5.766
Vinculados à prestação de garantias		29.873	561	Operações de crédito	8	552.710	471.420
Instrumentos financeiros derivativos	7	13.713	11.328	Setor privado		591.049	511.181
Operações de crédito	8	552.710	471.420	Operações de crédito vinculadas à cessão		-	17.421
Setor privado		591.049	511.181	(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(38.339)	(57.182)
Operações de crédito vinculadas à cessão		-	17.421	Operações de arrendamento mercantil	9	(697)	(1)
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(38.339)	(57.182)	Arrendamento mercantil a receber - Setor privado		2.586	2.742
Operações de arrendamento mercantil	9	(697)	(1)	(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.586)	(2.742)
Arrendamento mercantil a receber - Setor privado		2.586	2.742	(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(697)	(1)
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.586)	(2.742)	Outros créditos	10	145.985	190.389
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(697)	(1)	Diversos		145.985	190.389
Outros créditos	10	145.985	190.389	Outros valores e bens	11b	5.784	28.721
Diversos		145.985	190.389	Despesas antecipadas		5.784	28.721
Outros valores e bens	11b	5.784	28.721	Permanente		50.038	31.457
Despesas antecipadas		5.784	28.721	Investimentos		14.374	-
Permanente		50.038	31.457	Participações em coligadas e controladas		14.374	-
Investimentos		14.374	-	Imobilizado de arrendamento	12	33.312	29.039
Participações em coligadas e controladas		14.374	-	Bens arrendados		32.119	27.495
Imobilizado de arrendamento	12	33.312	29.039	Superveniência de depreciação		9.525	11.881
Bens arrendados		32.119	27.495	(Depreciação acumulada)		(8.332)	(10.337)
Superveniência de depreciação		9.525	11.881	Imobilizado de uso		2.352	2.418
(Depreciação acumulada)		(8.332)	(10.337)	Outras imobilizações de uso		7.914	7.889
Imobilizado de uso		2.352	2.418	(Depreciação acumulada)		(5.562)	(5.471)
Outras imobilizações de uso		7.914	7.889	Total do ativo		2.552.045	2.794.509
(Depreciação acumulada)		(5.562)	(5.471)	Total do passivo		2.552.045	2.794.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		767.998	706.506
Operações de crédito	8f	764.216	674.460
Resultado de operações de arrendamento mercantil		1.808	2.366
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	8.935	19.343
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7b	(6.961)	10.337
Despesas da intermediação financeira		(246.423)	(308.525)
Operações de captação no mercado	13b	(88.373)	(153.251)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	(387)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(158.050)	(154.887)
Resultado bruto da intermediação financeira		521.575	397.981
Outras receitas (despesas) operacionais		(498.617)	(364.787)
Receitas de prestação de serviços	18	38.271	47.244
Despesas de pessoal	19	(14.103)	(26.086)
Outras despesas administrativas	20	(227.742)	(182.907)
Despesas tributárias	21	(20.907)	(20.229)
Resultado de participações societárias		2.862	35
Outras receitas operacionais	22	9.701	15.887
Outras despesas operacionais	23	(286.699)	(198.731)
Resultado operacional		22.958	33.194
Resultado não operacional		582	(399)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		23.540	32.795
Imposto de renda e contribuição social		7.870	(720)
Provisão para imposto de renda		(281)	(3.855)
Provisão para contribuição social		(338)	(1.938)
Ativo fiscal diferido		8.489	5.073
Lucro líquido dos semestres		31.410	32.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva			Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de não controladores	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital	Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	164.088	4.188	90.319	(1)	947	-	259.541
Ajuste de períodos anteriores	-	-	(4.855)	-	-	-	(4.855)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Distribuição de dividendos	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Prejuízo do semestre - Controlador	-	-	-	-	-	32.075	32.075
Lucro do semestre - Não controlador	-	-	-	-	4.819	-	4.819
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	1.604	-	-	-	(1.604)	-
Reserva de lucros	-	-	30.471	-	-	(30.471)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	164.088	5.792	102.935	(7)	5.766	-	278.574
Saldos em 31 de dezembro de 2017	164.088	8.570	106.861	(52)	4.340	-	283.807
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Distribuição de dividendos	-	-	(6.000)	-	-	-	(6.000)
Lucro do semestre - Controlador	-	-	-	-	-	31.410	31.410
Prejuízo do semestre - Não controlador	-	-	(1.344)	-	329	-	(1.015)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	1.571	-	-	-	(1.571)	-
Reserva de lucros	-	-	29.840	-	-	(29.840)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	164.088	10.141	129.357	(98)	4.669	-	308.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	23.540	32.795
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	158.050	154.887
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de hedge	454	-
Depreciação	299	276
Provisão de passivos contingentes	12.984	10.170
Perdas em outros valores e bens	-	551
Imposto de renda e contribuição social correntes	(619)	(5.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.489	5.073
Ajuste de períodos anteriores	(1.344)	(4.855)
Ajuste MTM de títulos e valores mobiliários	(46)	(6)
Insuficiência/superveniência de depreciação	862	173
Equivalência patrimonial	2.862	-
Lucro líquido ajustado	205.531	193.271
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(180.017)	(410.003)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.268)	(2.626)
Títulos e valores mobiliários	(12.658)	45.743
Instrumentos financeiros derivativos	6.719	(11.328)
Relações interfinanceiras	(423)	(31)
Operações de crédito	(200.281)	(406.530)
Operações de arrendamento	(193)	238
Outros créditos	33.417	(60.764)
Outros valores e bens	12.670	25.295
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(64.769)	433.648
Depósitos	190.637	95.468
Recursos de aceites cambiais	(236.002)	303.388
Recebimentos e pagamentos a liquidar	72	-
Outras obrigações	(18.607)	34.057
Resultado de exercícios futuros	(869)	735
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(39.255)	216.916
Atividades de investimento		
Participações em coligadas e controladas	(17.236)	-
Imobilizado de uso	(201)	(165)
Imobilizado de arrendamento	(6.016)	4.242
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(23.453)	4.077
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(6.000)	(13.000)
Participação de não controladores no patrimônio	329	4.819
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(5.671)	(8.181)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(68.379)	212.812
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	214.733	170.708
No fim do semestre	146.354	383.520
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(68.379)	212.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a emissão e Administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a Administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento empresas controladas e fundos de investimento, conforme requerido na Resolução nº 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminados: saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013 do CMN e regulamentações complementares do Bacen foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013 do CMN determina que na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades das quais realize aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

Instituições financeiras	Atividades	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		<u>Participação total</u>	
Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	Controlador
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	100,00%
Securitizadora			
Multibens - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%	100,00%
Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%	100,00%
Fundos de investimentos			
Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X 1	Fundo e Investimento	-	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - NP 1	Fundo e Investimento	-	100,00%
Outras - art. 8º			
Agility Gestão e Cobrança Ltda. 2	Prestação de Serviços	-	100,00%
Omni Informática Ltda.2	Prestação de Serviços	-	100,00%

1. Durante o período foram encerrados os seguintes fundos de investimentos: FIDC X e FIDC NP.
2. Em maio de 2018, por determinação do Banco Central, as empresas Agility Gestão e Cobrança Ltda. e Omni Informática Ltda. deixaram de ser consolidadas no Balanço Prudencial. O resultado das companhias foi reconhecido por Equivalência Patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram aprovadas em 29 de agosto de 2018.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas à operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado, e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a *hedge*, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de *hedge*, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do Bacen.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* dia até a data do balanço.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento.
- (b) Opção de compra.
- (c) Atualização prefixada, sendo contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:
 - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é

reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

- **Imobilizado de arrendamento:** o imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o art. 311 do DL 3.000/99, quando se tratar de bem usado, em que a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no ativo permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do semestre de 2018 uma insuficiência de depreciação no valor de R\$ 883 (R\$ 173 em 2017). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 9.525 (R\$ 11.881 em 2017), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 4.276 (R\$ 2.970 em 2017). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.
- **Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** a provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99, e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras obrigações”.

Outros valores e bens

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito das quais originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823 do CMN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da Administração e dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 do Conselho Monetário Nacional que determinam que a instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2018	2017
No início do semestre	214.733	170.708
Disponibilidades	6.161	6.616
Aplicações no mercado aberto	208.572	158.080
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	6.012
No final do semestre	146.354	383.520
Disponibilidades	4.354	2.542
Aplicações no mercado aberto	142.000	380.978
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(68.379)	212.812

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2018			2017
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada				
Letras Financeiras Tesouro - LFT	142.000	-	142.000	380.978
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	21.999	21.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	2.626
Total	142.000	21.999	163.999	383.604

6 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	2018				2017		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor contábil
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	-	-
Letra financeira do tesouro - LFT	604	44.140	13.679	7.304	65.727	65.727	34.132
Quotas de fundos de investimento	3.032	-	-	-	3.032	3.032	8.181
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	1.077
Total	3.636	44.140	13.679	7.304	68.759	68.759	43.390

Em 30 de junho de 2018, as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e na instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos, e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registrados na carteira dos fundos e estão classificados no grupo de “Outros créditos”, Nota Explicativa nº 10. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira — Selic.

Em 30 de junho de 2018, os títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações de derivativos (DOL e DI Futuro) totalizam R\$ 15.072 (R\$ 646 em 2017), e títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações de cartões totalizam R\$ 15.405 (R\$ 0 em 2017).

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.995	17.175
Rendas de aplicação em CDB	-	5
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	163	1.220
Resultado de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	1.856	1.014
Prejuízo com títulos de capitalização	(79)	(71)
	8.935	19.343
Total	8.935	19.343

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Omni utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições ao risco de taxa de juros, variação cambial e crédito.

a. Hedge de risco de mercado - Operações de futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3.

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição cambial são contratos futuros de dólar (DOL).

Operações de futuro

	2018		2017	
	Valor de principal Posição vendida	Ajuste diário	Valor de principal Posição vendida	Ajuste diário
Mercado futuro				
DI	752.236	(271)	-	-
DOL	388	(2)	333	-
	Posição comprada	Ajuste diário	Posição comprada	Ajuste diário
Mercado futuro				
DI	745.267	(5)	-	-

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de variação cambial e taxas.

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

b. Operações de opções

Em 27 de janeiro e 10 de março de 2017, a Omni adquiriu carteira de crédito de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 501.575. Com o objetivo de minimizar as possíveis perdas relativas à carteira adquirida, celebrou um Contrato de Opção de Venda de Direitos Creditórios e Outras Avenças, que garante a opção de venda de R\$ 50 milhões dos Direitos Creditórios Inadimplentes corrigidos pela Selic em 28 de fevereiro de 2019, que excederem o valor da Perda Esperada.

Para a apuração do valor de mercado do derivativo, fez-se uma avaliação da probabilidade de realização do exercício da opção, baseando-se no comportamento histórico da carteira adquirida, métodos estatísticos e simulação de Monte Carlo.

	2018				2017
	Valor Referencial	Valor Custo Total	Valor de Mercado	Resultado	Valor de Mercado
Operações de Opções					
Opção de Venda de Direitos Creditórios	50.000	1.000	13.713	(6.719)	11.328
Total	50.000	1.000	13.713	(6.719)	11.328

c. Hedge contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do *hedge* referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge	
	Posição mercado	Marcação a mercado	Amortização*	Resultado	Derivativo	Posição mercado
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	756.690	417	(871)	(454)	Futuro DI - Posição Vendida Futuro DI - Posição Comprada	752.236 745.267

(*) O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas registradas nos semestres estão demonstrados a seguir:

	Semestres	
	2018	2017
Contratos futuros DOL	(51)	9
Contratos futuros DI	(191)	-
Prêmio de Opções	(6.719)	10.328
Total	(6.961)	10.337

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados da Financeira.

e. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 15.072 (R\$ 561 em 2017).

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber

	2018	2017
Empréstimos - Setor privado	254.691	202.743
Operações de crédito vinculadas a cessão - empréstimos	16	7.569
Financiamentos - Setor privado	1.687.955	1.816.963
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de hedge	(454)	-
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	189	84.731
Outros empréstimos - cartão de crédito	88.418	49.661
Outros financiamentos - cartão de crédito	10.367	12.151
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	95.212	43.977
Total	2.136.394	2.217.795

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	2018	2017
Indústria	-	35
Comércio	225	308
Outros serviços	24.532	24.833
Pessoas físicas	2.111.637	2.192.619
Total	2.136.394	2.217.795

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos

Faixas de vencimento	2018	2017
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	290.087	346.034
Créditos a vencer		
Até 3 meses	519.253	506.105
3 a 12 meses	736.005	837.054
1 a 3 anos	552.827	508.415
3 a 5 anos	38.222	20.187
Total	2.136.394	2.217.795

d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN

2018					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	650.202	33.288	683.490	0,5	3.417
B	617.501	30.442	647.943	1	6.479
C	258.648	16.338	274.986	3	8.250
D	142.141	14.358	156.499	10	15.650
E	64.125	90	64.215	30	19.265
F	53.396	71	53.467	50	26.734
G	48.556	81	48.637	70	34.045
H	207.067	544	207.611	100	207.611
Total	2.041.636	95.212	2.136.848		321.451

(*) O saldo de R\$ 2.136.394 foi afetado pela marcação a mercado da carteira no valor de R\$ 454.

2017					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	757.875	10.161	768.036	0,5	3.840
B	532.378	15.235	547.613	1	5.476
C	240.911	10.505	251.416	3	7.542
D	127.207	7.600	134.807	10	13.480
E	72.546	91	72.637	30	21.791
F	56.728	44	56.772	50	28.386
G	51.624	41	51.665	70	36.165
H	334.549	300	334.849	100	334.849
Total	2.173.818	43.977	2.217.795		451.529

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

e. Aquisição de carteiras

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

	2017		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	593.103	809.097	1.402.200
(-) Provisões para devedores duvidosos	(112.843)	(809.097)	(921.940)
Valor contábil da carteira adquirida	480.260	-	480.260
Custo nas aquisições das carteiras	499.952	4.456	504.408
Deságio nas aquisições das carteiras	-	-	-
Montante pago nas aquisições	499.952	4.456	504.408

Movimentação deságio e custo

	2018	
	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	1.739	170.835
(-) Realização/ amortização 2017	(1.165)	(33.437)
Total em 30 de junho de 2018	574	137.398

	2017	
	Realização deságio	Amortização custo
Valores Iniciais	7.422	230.705
(+) Novas aquisições	-	24.211
(-) Realização/ amortização 2016	(3.501)	(42.178)
Total em 30 de junho 2017	3.921	212.738

f. Resultado das operações de crédito

	2018	2017
Rendas de empréstimos	75.388	52.489
Rendas de financiamentos	357.878	343.286
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de hedge	(454)	-
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	20	22.282
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	-	(3.857)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	321.068	252.885
Outras rendas de cartão de crédito	10.316	7.375
Total	<u>764.216</u>	<u>674.460</u>

- (i) Referem-se ao resultado com operações de crédito vinculadas à cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.
(ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do semestre	337.344	346.801
Constituição (i)	162.275	293.654
Reversão (ii)	(2.310)	(2.558)
Baixados para prejuízo	(175.858)	(186.368)
Saldo no fim do semestre	<u>321.451</u>	<u>451.529</u>
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Omni Arrendamento Mercantil	63	(772)
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Multibens	139	566
(-) PCLD/(=) Reversão relativo a Omni Securitizadora	850	(313)
Total de Provisões registradas em outras rubricas (iii)	<u>1.052</u>	<u>(519)</u>

- (i) A PCLD constituída no semestre está representada pelas operações originadas das carteiras adquiridas no valor de R\$ 321 (R\$ 116.838 em 2017) (nota 8e), pelo saldo de PCLD relativo ao Banco Pecúnia em maio/2017 no montante de R\$ 1.890, o qual não transitou no resultado e pela provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 161.954 (R\$ 174.926 em 2017).
(ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 2.852 (R\$ 20.558 em 2017) foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fundos de Investimentos Direitos Creditórios, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimento de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 542 (R\$ 18.000 em 2017).
(iii) Adicionalmente, a linha de PCLD está representada pelas provisões de operações originadas das empresas Omni Arrendamento Mercantil reversão no montante de R\$ 63 (provisão R\$ 772 em 2017) registrada na rubrica "Operações de Arrendamento Mercantil", pelas operações originadas da empresa Multibens reversão no montante de R\$ 139 (reversão de R\$ 566 em 2017) e pelas operações da empresa Omni Securitizadora a reversão no montante de R\$ 850 (provisão de R\$ 313 em 2017), registradas na rubrica "Outros Créditos Diversos".

9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

a. Composição da carteira de arrendamento

	2018	2017
Arrendamento a receber - setor privado	5.494	6.116
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(5.418)	(5.826)
Imobilizado de arrendamento	33.312	29.039
Credores por antecipação de valor residual - VRG	<u>(17.805)</u>	<u>(15.757)</u>
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	<u>15.583</u>	<u>13.572</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução nº 2.682/99. No saldo findo em 30 de junho de 2018, o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b. Classificação por atividade

	2018	2017
Comércio	1.305	792
Serviços	4.273	3.683
Pessoas Físicas	6.985	9.097
Indústria	2.807	-
Outros	<u>213</u>	<u>-</u>
Total	<u>15.583</u>	<u>13.572</u>

c. Diversificação por prazo Setor privado

	2018	2017
Vencidos a partir de 15 dias	968	1.059
A vencer até 90 dias	2.323	2.391
A vencer de 3 meses a 1 ano	6.181	5.407
A vencer de 1 a 5 anos	<u>6.111</u>	<u>4.715</u>
	<u>15.583</u>	<u>13.572</u>

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN em 30 de junho de 2018, estavam assim distribuídos.

a. Movimentação da provisão

	Semestres	
	2018	2017
Saldo Inicial	2.232	1.957
Constituição	48	2.524
Reversão	(111)	(1.752)
Baixados para prejuízo	(213)	(514)
Saldo final	1.956	2.215

b. Composição por níveis de risco

Nível de risco	2018		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	5.324	0,5%	27
B	3.625	1,0%	36
C	591	3,0%	18
D	4.334	10,0%	433
E	219	30,0%	66
F	46	50,0%	23
G	302	70,0%	211
H	1.142	100,0%	1.142
	15.583		1.956

Nível de risco	2017		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	2.190	0,5%	11
B	3.900	1,0%	39
C	3.245	3,0%	97
D	1.232	10,0%	123
E	800	30,0%	240
F	572	50,0%	286
G	714	70,0%	500
H	919	100,0%	919
	13.572		2.215

10 Outros créditos - Diversos

	2018	2017
Rendas a receber	593	1.169
Adiantamentos diversos	4.837	4.417
Créditos tributários de impostos e contribuições	187.632	190.600
Devedores por depósitos em garantia (i)	53.725	53.297
Impostos e contribuições a compensar (ii)	6.095	8.152
Títulos e créditos a receber (iii)	95.212	43.977
Devedores diversos - país (iv)	158.463	238.730
Devedores diversos - exterior	385	331
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(3.059)	(1.656)
Total	503.883	539.017

- (i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.
- (iv) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2018, seus saldos totalizavam R\$ 2.053 (R\$ 3.472 em 2017).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	2018	2017
Comissão s/ colocação dos FIDC's	-	1.344
Comissão s/ colocação LC	2.126	6.328
Custos de originação de operações de crédito	14.741	33.643
Consultoria estratégica	5.782	15.840
Outras	1.264	493
Total	23.913	57.648

12 Imobilizado de arrendamento

	2018	2017
Veículos e afins	2.273	5.950
Máquinas e equipamentos	29.846	21.545
Subtotal	32.119	27.495
Superveniência de depreciação	9.525	11.881
Depreciações acumuladas	(8.332)	(10.337)
Subtotal	1.193	1.544
Total	33.312	29.039

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

13 Obrigações

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos interfinanceiros	186.419	40.116	96.954	-	-	-	323.489	57.753
Depósitos a prazo	7.845	93.055	72.745	14.979	231.268	16.089	435.981	628.364
Recursos de aceites cambiais - letras de câmbio	99.782	443.712	262.950	36.863	22.806	26.780	892.893	1.459.387
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	-	108.330	108.330	98.340
Total	294.046	576.883	432.649	51.842	254.074	151.199	1.760.693	2.243.844

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	(733)	(555)
Depósitos a prazo	(36.495)	(45.574)
Despesas de operações compromissadas	(25)	(36)
Recursos de aceites cambiais	(49.203)	(98.924)
Custo cota sênior	(499)	(6.319)
Outras despesas de captação	(1.418)	(1.843)
Total	(88.373)	(153.251)

14 Outras obrigações - Diversas

	2018	2017
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	44	292
Provisão para pagamentos a efetuar	3.533	6.984
Provisão para passivos contingentes (ii)	88.091	89.005
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iii)	14.096	6.091
Credores a repassar (iv)	113.869	105.299
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	90.048	44.312
Outras contas a pagar	15.813	9.249
Outras obrigações	7.761	12.757
Total	333.255	273.989

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.
- (iv) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para não ligadas, referente a carteiras de Instituições Financeiras adquiridas no semestre. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões *private label*, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

15 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Movimentação das provisões

	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2018
Ações fiscais	48.996	783	-	49.779
Ações trabalhistas e cíveis (i)	41.781	12.200	(15.669)	38.312
Total	90.777	12.983	(15.669)	88.091

2017				
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2017
Ações fiscais	45.932	1.690	-	47.622
Ações trabalhistas e cíveis (i)	39.493	10.172	(8.282)	41.383
Total	85.425	11.862	(8.282)	89.005

- (i) Referem-se à provisão para perdas com ações judiciais de naturezas cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

16 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.540	23.540	32.796	32.796
Adições	468.083	468.083	414.019	413.846
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	162.303	162.303	175.608	175.608
Provisão para perdas outros valores e bens	-	-	489	489
Provisão para contingências	12.200	12.200	9.500	9.500
Provisões Operacionais	5.935	5.935	2.500	2.500
Provisões Participação no resultado	-	-	2.306	2.306
Recuperação de prejuízo fiscal	19.160	19.160	12.300	12.300
Variação Cambial - Prêmio Opções	6.719	6.719	-	-
Participação em controladas/ligadas	3.746	3.746	1.102	1.102
Despesas indedutíveis	610	610	261	261
Recuperação na Cessão de Crédito	-	-	262	262
Recebimentos Carteiras Adquiridas	-	-	208.900	208.900
Outras Adições	256.527	256.527	618	618
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	883	883	173	-
Exclusões	(510.739)	(510.739)	(437.294)	(437.294)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(5.859)	(5.859)	(24.067)	(24.067)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(579)	(579)	(14)	(14)
Reversão de Provisões Operacionais	(7.477)	(7.477)	(451)	(451)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(320.923)	(320.923)	(252.579)	(252.579)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(133.376)	(133.376)	(125.338)	(125.338)
Reversão de provisão para contingências	(15.669)	(15.669)	(6.425)	(6.425)
Reversão de provisão de participação no resultado	(25.437)	(25.437)	(3.307)	(3.307)
Perdas na Cessão de Crédito	-	-	(4.185)	(4.185)
Outras Exclusões	(1.399)	(1.399)	(10.516)	(10.516)
Superveniência Depreciação	(20)	(20)	-	-
Impostos correntes	(281)	(338)	(3.855)	(1.938)
Ativo fiscal diferido	2.078	6.411	2.802	2.271

A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil, no primeiro semestre de 2018, excluiu da base de cálculo da CSLL as receitas com superveniência de depreciação, conforme entendimento da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), ementa do Acórdão nº 14-002.074 e registro M350 da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 164.088 em 2017) e está representado por 211.672.663 (211.672.663 em 2017) ações, sendo 186.862.543 ON (186.862.543 em 2017) e 24.810.120 PN (24.810.120 em 2017), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

18 Receita de serviços

	2018	2017
Receita de avaliação e cadastro	12.383	20.146
Anuidade cartão de crédito	12.271	9.729
Comissão sobre compras cartão	6.713	3.785
Intermediação de seguros	6.528	3.248
Outras receitas	376	10.336
	<u>38.271</u>	<u>47.244</u>

19 Despesa de pessoal

	2018	2017
Remuneração	(7.068)	(13.025)
Encargos	(3.096)	(4.812)
Benefícios	(1.399)	(3.512)
Treinamento	(213)	(450)
Provisão/ (reversão) de PPR	(2.327)	(4.287)
	(14.103)	(26.086)
	(14.103)	(26.086)

20 Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas de aluguéis	(1.658)	(2.882)
Comunicações	(4.663)	(4.369)
Processamento de dados	(14.479)	(4.967)
Promoções e relações públicas	(275)	(344)
Propaganda e publicidade	(342)	(126)
Seguros	(22)	(24)
Serviços do sistema financeiro	(10.216)	(8.359)
Serviços de terceiros (i)	(137.313)	(132.887)
Serviços técnicos especializados (ii)	(37.264)	(5.443)
Despesa de transporte	(448)	(500)
Despesa com despachante	(572)	(416)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.779)	(12.579)
Taxas e notificações	(10.628)	(4.852)
Juros e encargos adesão refis	(638)	(2.034)
Outras despesas administrativas	(3.445)	(3.125)
	(227.742)	(182.907)
	(227.742)	(182.907)

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis. Em maio de 2018, por determinação do Banco Central, as empresas Agility Gestão e Cobrança Ltda. e Omni Informática Ltda. deixaram de ser consolidadas no Balanço Prudencial. O resultado das companhias foram reconhecidos por Equivalência Patrimonial.

21 Despesas tributárias

	2018	2017
Despesa com COFINS	(16.382)	(14.581)
Despesa com ISS	(1.760)	(3.174)
Despesa com PIS	(2.662)	(2.419)
Outras	(103)	(55)
	(20.907)	(20.229)
	(20.907)	(20.229)

22 Outras receitas operacionais

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.437	2.182
Atualização de impostos à compensar	1.707	142
Ações com perdas e danos	-	1.165
Reversão de provisões operacionais	4.762	11
Deságio na aquisição de carteira	1.165	3.502
Outras rendas operacionais	630	8.885
	9.701	15.887
	9.701	15.887

23 Outras despesas operacionais

	2018	2017
Descontos concedidos	(224.559)	(137.113)
Perdas em ações de perdas e danos	(8.344)	(11.004)
Perdas com fraudes	(938)	(196)
Custo na aquisição de carteiras	(36.153)	(42.839)
Outras despesas operacionais - Cartão de crédito	(9.693)	(1.183)
Outras despesas operacionais	(7.012)	(6.396)
	(286.699)	(198.731)
	(286.699)	(198.731)

24 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da Diretoria foram no montante de R\$ 2.679 (R\$ 3.289 em 2017).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale-alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares) relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 344.092 (R\$ 336.849 em 2017) e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% e 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

25 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

	2018	2017
Patrimônio de referência	408.831	373.361
Patrimônio de referência nível I	408.831	373.361
Capital Principal (CP)	300.500	275.022
Capital Complementar (CC) - Instrumentos híbridos	108.330	98.340
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	408.831	373.361
Patrimônio de referência (a)	408.831	373.361
RWACpad - Crédito	158.453	174.769
RWAMpad - PCam	197	11
RWAOpad - Operacional	80.952	62.105
Patrimônio de referência exigido (b)	239.602	236.884
Adicional de conservação de Capital Principal (c)	52.087	32.011
Margem antes do Rban (a - b - c)	117.142	104.466
Rban - Juros carteira não negociável (d)	11.773	36.729
Margem (a - b - c - d)	105.369	67.737
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	2.777.998	2.560.910
Índice de Basileia (a/e)	14,72%	14,58%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2018, através das Resoluções nºs 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8,625% do Risk Weight Asset (RWA) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nºs 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice de Basileia aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

26 Outras informações

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- a.1 Gerenciamento de capital:** a Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Omni é adequada à complexidade de suas operações.

- a.2 Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Omni.
- a.3 Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando à detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- a.4 Risco de liquidez:** a Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazos e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- a.5 Risco operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos da Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no *site* da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

b. Eventos subsequentes

A Administração da Instituição declara que não tem conhecimento de nenhum evento subsequente que tenha efeitos relevantes nas informações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2018.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0